TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR – UMA REVISÃO DA LITERATURA

Autism Spectrum Disorder in Physical Education at School – A Literature Review

ARANTES, Márcio Carlini
Centro Universitário Max Planck

GARCIA, Rosângela Mendes
Centro Universitário Max Planck

PAULA, Mayra Poliana Eloy de
Centro Universitário Max Planck

SOBRINHO, Jobson José
Centro Universitário Max Planck

BERGAMO, Luiz Guilherme
Centro Universitário Max Planck

RESUMO: Os alunos em inclusão escolar desafiam a escola de maneira geral devido à especificidade de suas necessidades. Diante de algumas situações observadas em estágio nos despertou interesse o atendimento dado aos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que por apresentarem distúrbios neurológicos associados ao comportamento, comunicação e socialização demandam um trabalho integrado de vários profissionais. O propósito de nossa pesquisa foi compreender melhor o Transtorno do Espectro do Autismo, as necessidades do aluno autista, entender o papel a inclusão, saber se o Profissional de Educação Física tem uma preparação específica e que metodologias utilizam em suas aulas. A análise foi fundamentada em pesquisa bibliográfica selecionando práticas pedagógicas da Educação Física incluindo a utilização de esportes fora da escola que tenham demonstrado evolução em pelo menos uma das dificuldades desses alunos, sejam elas na parte motora, de comunicação ou ainda no âmbito social. Os dados levantados apontam práticas com resultados positivos, porém a quantidade de investigações sobre o tema ainda é pequena. Alguns Profissionais de Educação Física se sentem despreparados e apresentam dificuldades para identificar ou adaptar uma metodologia que permita a participação efetiva do aluno com autismo e que promova melhorias em sua condição.

Palavras chaves: Autismo; Inclusão escolar; Educação Física Escolar.

Abstract: Students in school inclusion generally challenge the school because of the specificity of their needs. Given some situations observed in internship, we were interested in the assistance given to students with Autistic Spectrum Disorder (ASD) who, due to neurological disorders associated with behavior, communication and socialization, demand the integrated work of several professionals. The purpose of our research was to better understand Autism Spectrum Disorder, the needs of autistic students, understand the role of inclusion, whether the Physical Education Professional has a specific preparation and what methodologies they use in their classes. The analysis was based on bibliographic research selecting pedagogical practices of Physical Education including the use of sports out of school that have demonstrated evolution in at least one of these students difficulties, whether in the

motor part, communication or even in the social field. The data collected indicate practices with positive results, but the amount of research on the subject is still small. Some Physical Education Professionals feel unprepared and have difficulty identifying or adapting a methodology that allows the effective participation of students with autism and promotes improvements in their condition.
Keywords: Autism; School Inclusion; School Physical Education.

INTRODUÇÃO

As dúvidas que permeiam o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) são muitas e há uma percepção de aumento no número de casos principalmente no que diz respeito à inclusão escolar. Sem pesquisas estatísticas sobre o assunto não é possível afirmar se o crescimento é real.

O TEA é caracterizado por disfunção neurológica que pode acometer a comunicação, a socialização e o comportamento que pode ser restritivo ou repetitivo de maneira isolada ou associando essas capacidades (KLIN, 2006)

A inclusão escolar colocou luz sobre o tema evidenciando a carência do entendimento sobre as pessoas que tem necessidades diferentes da convencionadas “normais”. Há avanços na legislação e as escolas trilham um caminho ainda tortuoso e muito lento à procura de adequações que satisfaçam essa demanda e que respondam satisfatoriamente às exigências desse público.

Ao realizar estágio em escolas notamos que por vezes as dúvidas e anseios que enfrentamos ao nos depararmos com esse aluno são também partilhados pelos professores que já atuam nas escolas.

Esses questionamentos nos levaram a optar pela pesquisa de informações mais aprofundadas através de uma revisão bibliográfica, no que diz respeito aos meios pedagógicos que têm sido utilizados por professores de Educação Física em escolas onde há alunos de inclusão com TEA.

Buscamos com essa pesquisa compreender as necessidades das pessoas com TEA e selecionar práticas pedagógicas que tenham demonstrado evolução em pelo menos uma das dificuldades desse aluno seja na parte motora, de comunicação ou ainda, social.

METODOLOGIA

O método usado para essa pesquisa exploratória foi uma revisão bibliográfica e documental incluindo artigos científicos e trabalhos de conclusão de curso. O procedimento para coleta de dados se deu através das bases de dados Scielo e Google acadêmico, livros e revistas especializadas.

Cada um dos autores ficou responsável pelo levantamento e realização do fichamento de 16 artigos/trabalhos, totalizando 64 obras, sobre quatro pilares: 1) o Transtorno do Espectro do Autismo; 2) suas leis e diretrizes; 3) inclusão na Educação Física Escolar e 4) a atuação de professores de Educação Física na inclusão desses alunos e aplicações pedagógicas que buscam melhoria no desenvolvimento de alunos com TEA.

A seleção inicial foi pelas publicações em português, sem delimitação do ano de publicação, seguida pelo título, e da avaliação do resumo através das palavras chaves autismo, inclusão escolar e educação física escolar que possibilitaram delimitar a pesquisa de acordo com nossos objetivos.

REVISÃO DE LITERATURA

Transtorno do Espectro do Autismo

A definição para a palavra autismo vem do grego (autós) que significa “por si mesmo” e foi utilizada para nomear o comportamento de isolamento característico de pessoas com autismo. Atualmente este termo foi substituído para Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), pertencente à categoria do Transtorno Invasivo do Desenvolvimento, por acometer o desenvolvimento de mais de um dos aspectos que envolvem a capacidade de interação social.

Os médicos Léo Kanner e Hans Asperger que identificaram o autismo, nos anos 40, por meio de pesquisas tentavam compreender o transtorno:

> *O transtorno autista foi apresentado pela primeira vez em 1943, por Leo Kanner, num trabalho intitulado "Distúrbios autísticos do contato afetivo" (Autistic disturbances of affective contact), no qual descreveu onze casos e oito meninos e três meninas, que apresentavam como sintoma principal o isolamento social. Evidencia nesse relato, que desde 1938 tem observado esses sujeitos e faz uma descrição minuciosa das características observadas em cada criança, enfatizando nas discussões que "o distúrbio fundamental mais surpreendente, "patognômico", é a incapacidade destas crianças de estabelecer relações de maneira normal com as pessoas e situações, desde o princípio de suas vidas".* (KANNER, 1997, p. 156 apud MARTINS, 2013).

Kanner propôs que o distúrbio autístico do contato afetivo era uma psicose da criança e investigou inúmeras causas para o transtorno autístico (VASQUES, 2009 apud MARTINS, 2013).

O conceito de Autismo continua a ser investigado e sofre alterações, segundo a American Psychiatry Association (APA, 2002), o autismo é um distúrbio que acomete desenvolvimento neurológico e o indivíduo apresenta dificuldades nas áreas sociocomunicativas e comportamentais desde a infância, esses comportamentos podem ser fixos ou repetitivos. A definição para a Autism Society of America (ASA, 2006) é um desenvolvimento inadequado manifestado durante toda à vida de maneira grave.

Em 1980 o autismo deixa de ser considerado um tipo de psicose infantil e passa a ser entidade clinica distinta, material publicado na 3º edição do "Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III)" e mesmo com esse reconhecimento, ainda existe abordagem que o considere na perspectiva de psicose.

Outras perspectivas acerca do são descritas por vários autores e citamos alguns como Gadia, Tuchman e Rotta (2004) apud Lima (2017), que o definem pela carência de interação e comunicação, por idiossincrasia repetitiva, repertório lacônico de interesses e atividades, sendo esses identificados com idade anterior aos três anos. O indivíduo com autismo pode apresentar um desenvolvimento significativo na comunicação verbal, alfabetização, interação social, entre outras habilidades, dependendo do tratamento adequado para cada caso e do grau e intensidade comprometida nessa pessoa.

Segundo o DSM-IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais) fazem parte do Transtorno Globais do Desenvolvimento a Síndrome de Asperger, Transtorno do Autismo, Síndrome de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância e o próprio Transtorno Invasivo do Desenvolvimento. Segundo o DSM-V (Diagnostic and

statistical manual of mental disorders), esses transtornos deixam de ter diagnósticos próprios e passam a ter diagnósticos do TEA, com exceção da Síndrome de Rett que passa a ter sua própria entidade e recebe diagnóstico próprio.

De acordo com Buxbaum e Baron-Cohen (2013) apud Martins (2013) há uma modificação na nomenclatura, passando a ser classificado como: Transtorno do Espectro do Autismo e passa a ser diagnosticado com base em dois pontos: o domínio da comunicação e dos interesses fixados e as atividades repetitivas, além da classificação da idade, dizendo que podem surgir em qualquer período da infância, modificação publicada no manual da DSM-V na nova edição.

> *Em 2013 a American Psychiatry Association APA apresentou uma nova versão do Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders – DSM V que aponta que os indivíduos com transtorno do espectro autista (TEA) apresentam sintomas que começam na infância e comprometem a capacidade do indivíduo no seu dia a dia, sendo apresentado o diagnóstico que indica: déficit de comunicação, de interação social, alterações de comportamentos emocionais, diminuição das expressões faciais e da comunicação não verbal, fixação em objetos e aumento do estimulo sensorial* (LIMA, 2017).

O diagnóstico não é simples, pois não há um exame laboratorial que comprove o TEA, podem ser realizados testes psicológicos e uma avaliação do comportamento, no que corrobora Marian Lebayer (1995) apud Martins (2013), ao afirmar que o autismo é diagnosticado em quatro sintomas básicos: o isolamento, distúrbio de comunicação, irritabilidade associados à idade de surgimentos.

Diferenças entre os Principais Transtornos Globais

Autismo

A criança demonstra dificuldade na interação social e na comunicação (atraso ou ausência de linguagem), comportamento repetitivo, interesse por rotinas e assuntos específicos. Manifesta-se antes dos três de idade. É diferenciado por apresentar limitações no âmbito da comunicação, interação social e nos jogos imaginativos ou simbólicos (KLIN, 2006).

Síndrome de Asperger

Apresenta prejuízo persistente na interação social com desenvolvimento de padrões restritos e repetitivos de comportamento. O diagnóstico se dá entre os três e cinco anos. Atrasos motores ou falta de destreza motora podem ser percebidos antes dos seis anos. Podem não apresentar dificuldades aparentes na cognição, na curiosidade pelo ambiente na infância, no comportamento adaptativo, e na linguagem (MAGALHÃES, 2018)

Transtorno Desintegrativo da Infância

Desenvolvimento inicial normal que começa a regredir entre os dois e 10 anos atingindo a comunicação, o relacionamento social e as habilidades motoras. Sendo mais incomum do que o Autismo.

Ainda não é possível explicar o autismo de forma específica, principalmente as causas desse transtorno, apesar de inúmeras pesquisas:

> *Aliás, talvez devêssemos deixar de pensar em "causas" e tentar entender os TEA (Transtorno do Espectro do Autista) como condições multifatoriais que surgem quando um determinado indivíduo é exposto a três tipos de eventos: o período crítico no desenvolvimento cerebral, vulnerabilidade subjacente e estressor externo* (SCHWARTZMAN, 2011, p.40 apud MARTINS, 2013).

No Brasil não há uma pesquisa sobre TEA, porém segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) estima-se que 1% da população brasileira é acometida pelo autismo, cerca de 20 entre cada 10 mil nascidos, normalmente aparece nos três primeiros anos de vida, quatro vezes mais comuns em indivíduos do sexo masculino do que no feminino (PAIVA JÚNIOR, 2019).

O tratamento visa expandir as capacidades do autista em todos os sentidos, porém, esse resultado pode ser dificultado por demandar uma equipe multidisciplinar incluindo psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, pedagogia, terapia ocupacional, psiquiatria e outros profissionais dependendo das necessidades do autista resultando em um custo elevado e trabalhoso no deslocamento.

Legislação e a Estrutura Escolar

A inclusão escolar é uma das políticas que promove o acesso à educação e cidadania para todos os alunos no âmbito escolar, as conferências internacionais buscam há muitos anos normatizar esse processo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU de 1948), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (ONU de 1959), a Declaração da Conferência Mundial de Educação para Todos (UNESCO de 1990), a Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Ação (UNESCO de 1994) proclamam os direitos do homem e dentre eles o acesso à escola regular como direito de indivíduos com necessidades especiais.

Tratando-se do processo de inclusão escolar no Brasil, a Constituição Federal de 1988 o considera em seu Art. 208, inciso III, como dever do estado. Ainda em seu art. 203, estabelece que “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição a seguridade social”. Mais adiante, acrescenta: “(...) a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração comunitária” (BRASIL, 2007).

Existe certa confusão com os termos, inclusão e integração escolar como se fossem sinônimos, quando na realidade existe uma diferença nessas terminologias. Serra (2004) acredita que a integração insere o sujeito na escola esperando uma adaptação deste ao ambiente escolar já estruturado, enquanto que a inclusão escolar implica em redimensionamento de estruturas físicas da escola, de atitudes e percepções dos educadores, adaptações curriculares, dentre outros.

Tradicionalmente a Educação Especial sempre foi realizada em um ambiente especializado e com tratamento diferenciado, o que levou a dois sistemas de educação: Regular e Especial. Algumas escolas entendiam que o simples ato de matricular o aluno já representava uma maneira de realizar a inclusão, quando na verdade esse fato vai muito além da simples matrícula, envolve uma série de medidas que só alcançam o sucesso quando ocorre a aprendizagem e integração desse indivíduo na sociedade.

Com o intuito de aprimorar esse atendimento e promover a inclusão, outras leis surgiram para nortear esse processo dentre essas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) número 9.394, de 20 de dezembro de 1996 destaca que o atendimento aos alunos com necessidades especiais deve ser preferencialmente em

classes regulares e em todos os níveis e etapas do ensino (BRASIL, 1996). A partir da LDB o processo de inclusão escolar passou a ser encarado como um processo irreversível e fundamental que necessitaria de estrutura adequada atendendo a todos os indivíduos com necessidades especiais no ambiente escolar, incluindo os alunos com TEA.

Uma forma de auxiliar a inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola é o AEE – Atendimento Educacional Especializado que de acordo com o Decreto n° 6571, de 2008, é definido como o "conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular" (BRASIL apud GODINHO & TEODORO, 2016).

Visando atender às necessidades dos alunos portadores do TEA, em dezembro de 2012 o governo federal promulga outra Lei, de nº 12.764 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista garantindo o acesso do autista à educação e ao ensino profissionalizante, como também incentiva à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento aos autistas (BRASIL, 2012). Essa mesma lei prevê, sempre que se fizer necessário, a instituição tem a obrigação de disponibilizar um acompanhante especializado para prover o suporte para esse aluno.

Algumas estratégias fundamentais para o sucesso dos programas de inclusão voltados a alunos com TEA visam minimizar interferências externas entre elas, a adequação física do ambiente escolar que vai receber esses alunos e também o AEE que realiza em conjunto com o professor da sala regular ações individualizadas, através da atuação de um tutor especializado com o intuito de facilitar o processo de inclusão. Para Caneda e Chaves (2015), o tutor tem o papel de mediar as questões de vínculo com o professor, auxiliando-os no estabelecimento de dinâmicas que facilitem o processo de aprendizagem, pois aí se integram os aspectos afetivos e cognitivos.

O AEE deve ser realizado no contra turno escolar e preferencialmente nas Salas de Recursos Multifuncionais, essas salas são ambientes com equipamentos mobiliários, didáticos e pedagógicos voltados a esses alunos com objetivo de contribuir com a inclusão escolar, bem como, garantir o acesso, participação e aprendizagem desses indivíduos. A Nota Técnica nº 24 dispõe que o planejamento e a organização do AEE devem considerar as características individuais de cada

estudante, com a elaboração do plano de atendimento com vistas a eliminar barreiras que dificultem ou impeçam a interação social e a comunicação (BRASIL, 2013 apud BARBOSA & FUMES, 2016).

Outro tópico fundamental para o sucesso desse programa é o aspecto organizacional e estrutural da escola que acaba não sendo alvo das diretrizes oficiais gerando algumas limitações ao trabalho de inclusão. Assim o estudo de Glat e Pletsch (2012) apud Barnosa & Fumes (2016), reafirma que a atual política de educação inclusiva se insere num ambiente amplo, que possui implicações de ordem estrutural, organizacional, de recursos humanos, entre outros que, por vezes, não são cogitadas nas diretrizes oficiais. Tratando-se das adequações físicas do ambiente sugere que as salas de aula contenham um número reduzido de alunos, exponha informações claras sobre o que é esperado naquele espaço, fácil acesso aos objetos de que fará uso, o trajeto que o aluno deverá realizar pode ser delimitado de maneira que fique claro para o aluno onde inicia e termina sua área de trabalho e, por fim, minimizar distrações visuais e auditivas possibilitando que o aluno se atente ao conceito e não aos detalhes.

Segundo Lemos (2016) após analisarem criticamente alguns materiais publicados pelo Ministério da Educação (MEC), destacaram que estes materiais são apresentados de forma vaga e pouco contextualizada. Conforme as autoras, esses materiais precisariam ser acompanhados de orientações sobre ações e habilidades que o professor deve apresentar para criar condições de aprendizagem para os alunos, a falta de clareza em relação aos materiais publicados pelo MEC se estende a várias questões relacionadas à inclusão, pois há uma distância entre os aspectos legais e os aspectos práticos.

Reforçando essas necessidades Praça (2011) apud Godinho & Teodoro, (2016), destaca que o papel da escola, é de se adaptar para atender às especificidades destes alunos, para isso são necessárias mudanças na estrutura e no funcionamento da escola, na formação dos professores e nas relações família-escola.

A escola e a família juntas têm caráter importantíssimo e devem ter consciência do seu papel transformador na vida desses alunos, realmente os inserindo na sociedade. Barbosa (2008) apud Godinho & Teodoro (2016) complementa que as entidades socialmente construídas precisam estar conscientes de seu papel, sendo atuantes do processo de desenvolvimento dos alunos/filhos, de modo que eles sejam autônomos, críticos e preparados para viver em sociedade.

Podemos concluir que os aspectos legais e estruturais necessários para o processo de inclusão escolar dos alunos portadores do TEA vêm sendo amplamente discutidos e desenvolvidos a fim de proporcionar as melhores condições para o atendimento desses alunos, agora cabe ao governo, instituições escolares e familiares o compromisso de garantir todo o suporte para que esse aluno seja incluído no ambiente escolar e a partir daí consiga desenvolver suas potencialidades tendo acesso à sua cidadania.

A Inclusão Escolar do Aluno com Transtorno do Espectro do Autismo

O objetivo da escola inclusiva mira na igualdade de direto e de acesso a todos os alunos dentro de suas singularidades. A escola precisa de um preparo que inicia na estrutura física do ambiente escolar e se prolonga por toda sua equipe profissional.

Em casos onde não haja uma solicitação de inclusão, a situação desafia não só o Profissional de Educação Física, mas a escola como um todo. Em seu trabalho, os professores têm papel fundamental de identificar e relatar aos pais quaisquer dificuldades ou necessidades na criança e essa abordagem facilita o diagnóstico precoce aumentando a capacidade de desenvolvimento do aluno.

Ao receber um diagnóstico os pais, a escola e sociedade recebem um direcionamento no que diz respeito à conduta a ser tomada para entender as necessidades da criança, elaborar o plano pedagógico e proporcionar a sua autonomia.

Como o transtorno do Espectro Autista envolve alterações do comportamento e diferentes graus de desenvolvimento, todas as suas necessidades e potencialidades torna-se indispensável observar cada aluno em sua particularidade. No que corroboram Karagiannis e Stainback (1999) apud Camargo & Bosa (2009), ao mencionarem que mesmo que o aluno com autismo não acompanhe o currículo educacional de maneira satisfatória ainda assim terá o benefício da convivência social. Experiências sociais possibilitam o desenvolvimento emocional, cognitivo e comportamental, pois quando vivenciamos ou assistimos situações podemos refletir sobre o nosso comportamento.

Outro aspecto importante na inclusão é o atendimento especializado, tendo em vista que o tempo de aprendizagem difere de outros alunos e por vezes faz uso de materiais especiais.

Consta na Política Nacional de Educação Especial (2008):

> *O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.* (BRASIL, 2008)

Podemos realçar a função de via de mão dupla que exerce a Educação Especial que auxilia a escola na recepção do aluno e aproxima o aluno da educação comum.

Para Silva Júnior (2012), trabalhar com as crianças com TEA formas que as ajudem a se desenvolver de maneira ampla é importante, principalmente, porque o transtorno dessa criança afeta o seu desenvolvimento motor, cognitivo e social, então as estratégias que venham a ser trabalhadas com elas podem ajudar a melhorar seu desenvolvimento.

Segundo Cidade e Freitas (2002):

> *É importante que o professor tenha os conhecimentos básicos relativos ao seu aluno como: tipo de deficiência, idade em que apareceu a deficiência, se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente, as funções e estruturas que estão prejudicadas. Evidenciou-se o fato de que os professores estão à procura do conhecimento para conseguir passar as atividades adequadas para seus alunos, porém eles buscam individualmente.* (Cidade e Freitas, 2002)

De acordo com Monte (2004), existem três pontos fundamentais para o sucesso da inclusão do aluno autista, o primeiro é a inserção do em uma sala que contenha alunos com idades cronológicas semelhantes. Segundo, o nível de desenvolvimento também deve ser próximo ao dele. E por fim, evitar problemas de comportamento no ambiente que comprometam a convivência dessa criança.

Compreende-se que para que haja uma verdadeira inclusão é necessário que o professor, a gestão escolar e o governo promovam as condições necessárias. Entre essas condições podem ser citadas a infraestrutura adequada, os cursos de formação continuada, os materiais necessários e o acompanhamento profissional adequado. Pois, não se pode pensar em inclusão sem antes levar em consideração que é na escola que os conhecimentos sistematizados são socializados aos alunos, isso nos

remete a ideia de que incluir verdadeiramente requer a garantia de acesso ao conhecimento de acordo com as possibilidades sociais e cognitivas dos alunos.

Essa escola visa possibilitar tanto aos docentes quanto aos alunos condições de buscar conformidade para a sociedade objetivando uma realidade mais justa, menos perturbada e preconceituosa. Vislumbrando uma educação que de fato materializa um dos direitos humanos, exposto na Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão: “Todos os seres humanos nascem livres e são iguais em dignidade e direitos” (OMS, 2004).

A respeito do conceito da Educação Física, segundo Soares et al. (1992) diz que:

> *[...] a Educação Física é uma prática pedagógica que no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal.* (Soares et al, 1992)

Sendo assim, a Educação Física como componente curricular e tendo como base atividades motoras e pedagógicas, torna-se um meio de promoção da aprendizagem da “criança com deficiência”, inclusive as crianças e os adolescentes autistas, favorecendo o desempenho educacional e motor da criança, relacionando-se com a área psicopedagógica no processo de ensino-aprendizagem das mesmas, provocando, assim, uma modificação no desenvolvimento cognitivo (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Abordagem Pedagógica do Professor de Educação Física

A inclusão escolar está presente na Constituição há anos, mas o processo de adaptação do sistema escolar é lento e para o professor de Educação Física (EF) não é diferente, ele precisa se preparar para receber e melhor conduzir o ensino de alunos com Transtorno do Espectro Autista principalmente porque a EF tem um histórico em que há a valorização do belo, eugenista, higienista e a esportivização, ou seja, uma conduta excludente de pessoas que não seguem os padrões impostos pela sociedade.

Embora exista um crescente número de pessoas diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) são poucas as publicações que apresentam um direcionamento pedagógico para esses alunos. Esse fato está atrelado, em partes, à especificidade dos indivíduos que podem apresentar diferentes graus e tipos de limitações o que demandam uma abordagem personalizada e individual.

O pesquisador francês do TEA, Delion (2017) relata sua opinião sobre importância do ensino para alunos autistas: “o educativo sempre, o pedagógico se possível e o terapêutico se necessário”, ele acredita que a melhor maneira de auxiliar o autista é promover a interação dos pais, escola e clínica no sentido de complementar as ações.

Da mesma forma Martins (2013) acredita que o sistema educacional inclusivo deveria ser despido das classificações “normal” e “especial” aceitando a multiplicidade humana e tratando cada indivíduo de maneira única.

Ao nos basearmos nas teorias do desenvolvimento de Galhahue ou Vygotsky sabemos que existe uma fase maturacional do movimento que se dá de acordo com o estímulo, o ambiente e a faixa etária ficam mais evidente que o desenvolvimento acontece de maneira única para cada indivíduo.

Para Bracht (2011) apud Siqueira (2011) a EF é uma prática pedagógica na temática de atividades expressivas corporais configurando a cultura corporal complementando o processo de construção da cidadania, através do diálogo e da reflexão formando indivíduos críticos.

Sendo assim, o papel da Educação Física não se resume à aceitação (integração) desse aluno, visto que, na maioria dos casos os próprios alunos da turma acabam por nos surpreender quando aceitam o colega de inclusão de forma natural. Essa ação tampouco será adaptativa, pois o professor de Educação Física irá observar o aluno com TEA, identificar suas necessidades e disponibilizar meios para que ele desenvolva movimentos mais precisos, diminuindo movimentos repetitivos e gerando autonomia.

Em uma pesquisa realizada por Souza e Pich (2013), os resultados mostraram que os professores de EF não se sentiam preparados para lidar com a inclusão, seja porque atuam como treinadores ou porque têm um conhecimento empírico para realizar adaptações, as aulas se dão por tentativa e erro.

No que tange a formação profissional, Mendes (2019) apud Nunes (2019) defende a obrigatoriedade da disciplina de Educação Especial nas Licenciaturas, já

que a inclusão é uma realidade que está presente nas escolas e que na maioria das vezes o professor não está preparado para receber. Essa disciplina atualmente é mais facilmente encontrada na educação continuada como especialização ou na pós-graduação.

Ao buscar a literatura o professor pode compreender o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e utilizar alguns estudos sobre educação inclusiva. Outra forma de se atualizar é procurar as parcerias colaborativas que visam proporcionar uma relação de troca de informações sobre o comportamento e preferências dos alunos bem como seus avanços nas diferentes áreas da aprendizagem para o incentivo da repetição e fixação de atitudes positivas e autônomas.

O ensino precisa enfatizar as possibilidades da criança e não suas limitações. Promover a interação social permitirá que antes de enxergar um autista possamos vislumbrar uma pessoa que tem aspirações e dificuldades. Precisamos nos colocar à disposição e com intenção de compreender suas necessidades. Siqueira (2011) entende que a modificação no âmbito escolar não pode ser simplesmente uma atividade adaptada ela demanda uma intervenção pedagógica sistematizada.

Estar atento às habilidades motoras, de comunicação e seus interesses além de manter uma relação positiva com aluno passando segurança para que ele consiga realizar as atividades propostas. A persistência e amor são peças principais para o progresso do aluno.

Os estímulos iniciais podem visar a autonomia do aluno com autismo, ainda que seja em pequenas tarefas como comer sozinho e lavar as mãos. Porém devem respeitar sua individualidade através da rotina que lhe traz mais segurança. Sempre que ele apresentar dificuldade o professor deve estar atento para corrigir. Dificultar a tarefa gradativamente para que o aluno não perca o interesse como sugere Tomé (2007) ao indicar o uso do Método TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Releated Communication Handicapped Children) através da organização física, programação e método.

Que orienta a organização do ambiente, ampara a compreensão da atividade, ensina explorar os objetos, o ambiente e sua organização. O método propõe uma programação no sentido de mostrar a rotina ou preparar o aluno para a atividade, sistematizar. Através da utilização várias ferramentas para facilitar a compreensão do que está sendo proposto (ex: usar imagens, sons).

Sousa (2019) escolheu trabalhar com a psicomotricidade por entender seu caráter integral e observou melhoria global do aluno com autismo em aulas com músicas e jogos mesmo sabendo que o ritmo de aprendizagem pode ser mais lento do que em alunos que não apresentem TEA.

Resultados positivos foram encontrados na utilização da Educação Física tanto no âmbito escolar como fora dele. A manutenção de exercícios físicos uma ou mais vezes por semana proporciona melhora da condição física (cardiorrespiratória, flexibilidade, resistência), diminui movimentos estereotipados, aumento da coordenação motora (ASTORINO, CONTINI, et al., 2018), redução de massa corpórea, evolução das capacidades cognitivas e sensoriais (LOURENÇO, 2015).

A Educação Física também pode utilizar atividades cíclicas como a natação, mas não sem se prender ao movimento técnico e sim verificar as habilidades e necessidades desse aluno de modo que favoreça sua socialização utilizando também os elementos culturais. Os resultados obtidos por Aguiar et. al (2017) em uma revisão bibliográfica apontam a equitação, atividades aquáticas e a caminhada se demonstraram capazes de minimizar a agressividade, o comportamento antissocial e estereotipias.

O entendimento de que todos têm necessidades diversas nos coloca em um patamar de igualdade e esse conceito deve ser transmitido aos alunos de forma que o ato de aceitar as diferenças seja gradativamente natural. Em sua pesquisa, Nunes (2019) realizou rodas de conversa ao final das aulas para expor os conceitos de diferença, diversidade, exclusão e promoveu atividades colaborativas para que as crianças pudessem compreender e observar as diferenças de execução de atividade relacionadas ao ritmo, o modo e intensidade do grupo de alunos. O trabalho foi realizado primeiramente com os professores fazendo a sensibilização com atividades adaptadas que simulavam uma necessidade, por exemplo, da falta de visão. Desta forma os professores compreenderam que é preciso compreender as dificuldades que o aluno enfrenta para melhor auxiliá-lo.

A vasta atuação do Profissional de Educação Física vai ao encontro das ideias de Lima (2017) quando acrescentam que o ensino pode seguir na direção da expressão corporal seja através da dança, expressões espontâneas através de jogos, brincadeiras e da dramatização os benefícios somam a interação social tanto dos do aluno com autismo como da turma que o acolhe, a comunicação verbal ou não verbal torna-se mais efetiva.

O lúdico tem papel pedagógico importante já que proporciona aprendizagem de maneira fluida. A criança pode criar ou recriar atividades, explorar materiais e modificar o seu uso, construir cenários e interpretar personagens espelhados em sua realidade formando padrões através da repetição ou protagonizando novos desfechos ao reviver criticamente essas situações.

Levando em consideração a avaliação do aluno com Autismo considera-se que o formato avaliativo técnico não é adequado, já que, é aplicado esperando que o aluno atinja aos “padrões normais”, é essencial olhar para o desenvolvimento geral do aluno refletindo sobre as evoluções dentro de suas possibilidades.

Igualmente importante é a avaliação constante do professor, de acordo com Hirai (2011), a prática docente é complexa e demanda dos professores além de conhecimentos técnico-científicos os saberes de ordem prática que estão relacionados à sua experiência pessoal, valores e crenças. Ao fazer uma avaliação de sua aula o professor aprende com acertos, dificuldades e erros somados ao conhecimento que absorve de seus alunos.

As diferentes necessidades da criança com TEA exigem variadas abordagens pedagógicas tornando imprescindível o compartilhamento de informações a fim de tornar mais rico o acervo do professor e diversificando a aprendizagem do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Física vem evoluindo tanto no que diz respeito ao número de atividades, esportes, jogos e brincadeiras que são criadas e reinventadas como nas propostas educacionais (desenvolvimentista, construtivista-interacionista, crítico-superadora, sistêmica, psicomotricidade, crítico-emancipatória, saúde renovada, Parâmetros Curriculares Nacionais) e essas inovações são necessárias, pois cada aluno possui sua individualidade.

O professor que aplicar-se além do entendimento motor desse aluno garantirá melhores resultados globais para o aluno. Cercar-se de pessoas que amparem o tratamento (equipe multidisciplinar), buscar saber com os familiares sobre o comportamento ou maneiras de agir que facilitem a abordagem trazendo melhores resultados além de mostrar o progresso desse aluno permitindo que em casa eles também possam se beneficiar dos avanços obtidos e repliquem procedimentos no lar reforçando o conhecimento e proporcionando o uso espontâneo nas tarefas diárias.

A inclusão de crianças que apresentam “Transtorno do Espectro do Autismo” nas escolas de ensino regular é uma conquista assegurada por lei, posto que, de acordo com a literatura o convívio social contribui para o desenvolvimento do autista.

De acordo com as pesquisas bibliográficas levantadas para que o processo inclusivo ocorra da melhor maneira, é necessário o trabalho tanto dos profissionais do atendimento educacional especializado, quanto do trabalho do professor regente.

O trabalho escolar inclusivo não deve focar-se nas dificuldades apresentadas pelo indivíduo autista, mas em suas potencialidades, visto que estas proporcionam maior impacto para o trabalho de seu desenvolvimento.

A relação família-escola é de grande importância para o trabalho inclusivo, pois através de tal relacionamento é possível promover qualidade na inclusão, pois a comunicação da família junto à escola vem só a contribuir, contribuindo assim para o processo social dentro desses dois ambientes conjuntamente.

É de fundamental importância que a escola proporcione a capacitação dos professores, com formações continuadas adequadas às necessidades, pois o papel do professor é primordial para o processo de inclusão escolar. Logo, é necessário que os docentes se proponham a assumir tal desafio, pois todos são beneficiados com a inclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, R. P., PEREIRA, F. S., BAUMAN, C. D. "Importância da prática de atividade física para as pessoas com autismo." **Journal of Health & Biological Sciences** 5.2 (2017): 178-183.

AMERICAM PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA); **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. DSM-IV-TR. Porto Alegre: Artmed; 2002.

AUSTIN SOCIETY OF AMERICAN (ASA) IN. **CENTRO MUNICIPAL DO AUTISMO (CEMA)**; Disponível em: //www.contin.com.br/html. Acesso em nov. 2006.

AUTORES, C. D. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

BARBOSA, M.; FUMES, N. Atividade Docente em Cena: O Foco no atendimento Educacional Especializado (AEE) para Educandos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Interfaces da Educ.**, Paranaíba, v. 7, n. 19, p. 88-108, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil 40 ed. Saraiva**, São Paulo/SP, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: n° 9394/96**, Brasília, 1996.

BRASIL. Senado Federal (2012). **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa Com Transtorno do Espectro Autista**, Brasília, Dezembro 2012.

CAMARGO, S. P. H. BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicol. Soc.** 2009, vol.21, n.1, pp.65-74.

CANEDA, C.; CHAVES, T. A percepção do professor e do tutor frente à inclusão da criança com autismo no ensino regular. **Aletheia**, jan./abr 2015. p.142-158.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. **Introdução à educação física adaptada para pessoas com deficiência**. Curitiba: UFPR, 2002.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris**. 10 dez.1948. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019.

DELION, P. Tratar e educar o autismo: cenário político atual. [Entrevista cedida a] Maria Cristina Machado Kupfer e Rinaldo Voltolini. **Educ. Pesqui. – entrevista com Pierre Delion**, v. vol.43, p. pp.915-930, 2017.

GODINHO, M. H.; TEODORO, G. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental. **Research, Society and Development**, v. 1, n. 2, p.127-143, Agosto 2016.

HIRAI, R. T. **A prática em questão: demandas da incerteza e da complexidade para a atuação na Educação Física escolar e para a formação profissional**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Instituto de Biociências de Rio Claro, 2011.

KLIN, A. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral.** Revista Brasileira de Psiquiatria. 2006;28 (Supl I) :S3-11.

LEMOS, E. L. M.. **Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas.** Revista de Psicologia, v. 28, n. 3, p. 351-361, set.-dez. 2016.

LIMA, A. F. C. A Influência de práticas pedagógicas e terapêuticas não verbais no transtorno do espectro autista: as possibilidades para o profissional de educação física. **Motricidade**, p. 87-96, 2017.

LOURENÇO, C. C. V. Avaliação dos Efeitos de Programas de Intervenção de Atividade Física em Indivíduos com Transtorno do Espectro do Autismo. **Rev. bras. educ. espec.**, v. 21, p. 319-328, 2015.

MAGALHÃES, G. M. B. **Breves considerações sobre sujeitos com Transtorno Global do Desenvolvimento – TGD**. V Seminário Nacional de Educação Especial. UFES – Vitória/ES, 2018

MARTINS, A. D. F. Processos de Significação e Aluno Autista. **Programa de Pós-Graduação em Educação- Piracicaba**, Piracicaba/SP, 2013.

MONTE, R. F. Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: autismo. **MEC**, Brasília, 2004.

NUNES, J. S. **Formação de Professores de Educação Física para a Educação Inclusiva:** Práticas Corporais para Crianças Autistas. 2019. 221p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

OMS. **Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual**. Montreal, Canadá: [s.n.]. 2004.

UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). **Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

____. **Declaração mundial sobre educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Declaração dos Direitos da Criança,1959**. Disponívelem:<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Criança/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>Acesso em:15 ago. 2019.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez.1948. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019

PAIVA JÚNIOR., F. Quantos autistas há no Brasil? **Revista Autismo.** Ano V. nº04. São Paulo. Março/2019.

SERRA, D. C. G. A inclusão de uma criança com autismo na escola regular: desafios e processos. **Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA JÚNIOR, L. P. **Avaliação do perfil motor de crianças autistas de 7 a 14 anos frequentadoras da Clínica Somar da cidade de Recife - PE**. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

SIQUEIRA, M. F. Educação física, autismo e inclusão: ressignificando a prática Pedagógica. **Dissertação (Pós-Graduação em Educação Física) Universidade Federal do Espírito Santo**, Espírito Santo, p. 129f, 2011.

SOUSA, P. A. C.. "Educação Física e Inclusão: experiências no Estágio Supervisionado na Educação Infantil." **Revista Educação, Artes e Inclusão** 15.1 (2019): 246-265.

SOUZA, G. C.; PICH, S. A reorientação da ação pedagógica na Educação Física sob a perspectiva da inclusão: a pesquisa-ação como caminho. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 03, p. 149-169, jul/set 2013.

TOMÈ, M. C. Educação Física como Auxiliar no Desenvolvimento Cognitivo e Corporal de Autistas. **Movimento & Percepção**, Espírito Santo do Pinhal, v.8, n.11, p. 231-248, Jul/Dez 2007. ISSN ISSN 1679-8678.

SOBRE OS AUTORES:

Luiz Guilherme Bergamo
Centro Universitário UnieduK
Av. Nove de Dezembro, 460 - Jardim Pedroso
Indaiatuba - SP - 13343-060
E-mail: guibergamo@hotmail.com

Graduado em Educação Física pela PUC Campinas, Mestre em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Metodista de Piracicaba-SP (UNIMEP). Docente dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física no Centro Universitário UnieduK em Indaiatuba-SP e servidor público da Prefeitura Municipal de Indaiatuba-SP. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Lazer, Práticas Corporais e Cultura - GELC/ CNPq.

Márcio Carlini Arantes
Graduado em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário UnieduK e atualmente cursando o último semestre do curso de bacharelado em Educação Física no Centro Universitário UnieduK
E-mail: marcio.arantes587@al.faculdademax.edu.br

Rosângela Mendes Garcia
Graduada em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário UnieduK e atualmente cursando o último semestre do curso de bacharelado em Educação Física no Centro Universitário UnieduK
E-mail: rosangela.garcia867@al.faculdademax.edu.br

Mayra Poliana Eloy de Paula
Graduada em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário UnieduK e atualmente cursando o último semestre do curso de bacharelado em Educação Física no Centro Universitário UnieduK
E-mail: mayra.paula981@al.faculdademax.edu.br

Jóbson José Sobrinho
Graduado em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário UnieduK e atualmente cursando o último semestre do curso de bacharelado em Educação Física no Centro Universitário UnieduK
E-mail: jobson.sobrinho749@al.faculdademax.edu.br